



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA
9760-519 PRAIA DA VITÓRIA

CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA
PRAIA DA VITÓRIA

CARACTERIZAÇÃO DE ENTIDADE

Praia da Vitória, março de 2019



INTRODUÇÃO

Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, é uma pessoa coletiva de direito público, que goza de autonomia administrativa, inicialmente designada por Escola Preparatória Francisco Ornelas da Câmara da Praia da Vitória, iniciou as suas actividades em 15 de novembro de 1972, ministrando apenas o 1º e 2º do antigo Ciclo Preparatório, num edifício denominado Seminário Padre Damião, situado na dita Canada da Saúde na Praia da Vitória.

O Edifício foi adquirido pelo Governo Regional dos Açores em 1971.

No ano lectivo de 1976/1977 foram integrados os 3º 4º e 5º ano do Curso Unificado, mais tarde designados por 7º, 8º e 9º de Escolaridade.

Pelo Despacho Normativo n.º 47/94 de 27 de janeiro, nos termos da alínea c) do art.º 6º do Decreto-Lei n.º 338/79 de 25 de agosto, e art.º 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/90/A de 6 de Novembro, e n.º 3 e n.º 6 do art.º 18 do Decreto-Lei n.º 242/92 de 09 de novembro.

Pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2004/A, de 09 de junho, é criada a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, englobando a Escola Básica 2,3 Francisco Ornelas da Câmara e os estabelecimentos de educação, Pré-escola e do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública das freguesias do Concelho da Praia da Vitória que são:

Freguesia de Stª Cruz que engloba os lugares de Stª Rita, Stª Luzia
Juncal e Casa da Ribeira,
Freguesia de Fonte do Bastardo
Freguesia do Cabo da Praia
Freguesia do Porto Martins
Freguesia das Lajes
Freguesia de S. Brás
Freguesia de Vila Nova
Freguesia da Aqualva
Freguesia das Fontinhas



ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA UNIDADE ORGÂNICA

A Administração e Gestão da Escola, rege-se pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A de 16 de junho, com a nova redacção dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A de 6 de setembro, sendo assegurada pelos seguintes órgãos:

- . Assembleia
- . Conselho Executivo;
- . Conselho Pedagógico;
- . Conselho Administrativo

Não dispondo esta Escola de Conselho Fiscal ou outro órgão que exerça funções específicas de fiscalização, essa tarefa é exercida pelo Conselho Administrativo que periodicamente proceda à verificação dos fundos em depósito e fiscaliza os registos da contabilidade e tesouraria, através das reconciliações bancárias

A actividade desenvolvida pela Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, no decorrer do ano continuou a concentrar-se essencialmente na educação pré-escolar, 1.º 2.º 3.º Ciclos, e Ensino Artístico.

ASSEMBLEIA DE ESCOLA

Eleitos nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A de 06 de setembro.

Do Pessoal Docente

Francisco Freitas da Costa
Carla Maria Mendonça Spencer Pereira de Sousa
Nélia de Jesus Sousa
José João Dinis Silva
Margarida Maria Aguiar Paim



Do Pessoal não Docente

Débora M^o Oliveira Rego
Carla Susana Cruz Falcão

Dos Encarregados de Educação

Alvarino Pinheiro
Cláudia Judite correia

Da Autarquia Local

Carlos Armando Costa

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente - Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca
Vice-Presidente - Ana Maria Pires Estrela Vilela
Vice-Presidente – **Helena Maria Ávila Maia**

CONSELHO PEDAGÓGICO

Presidente do Conselho Executivo

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Representante do Conselho de Coordenadores de Núcleo

Carla Maria Mendonça Spencer Pereira de Sousa

Coordenador de Direção de Turma 2.º Ciclo

António José Vieira de Borba

Coordenador de Direção de Turma 3.º Ciclo

Catarina Coelho

Coordenador de Direção de Turma Ops

José Espadinha

Coordenador de Departamento do Pré - Escolar

Lígia Maria da Silva Dutra

Coordenador de departamento 1.º Ciclo

Zulmira Lisboa Barcelos

Coordenador de Departamento Línguas (2º ciclo)

M^o João Vieira

Coordenador de Departamento Ciências (2º ciclo)

Cátia Vieira Rocha

Coordenador de departamento Línguas e Ciências Humanas e Sociais (3º ciclo)

Maria Eugénia Costa Lamas Silveira (presidente do conselho pedagógico)



Coordenadora da Equipa ProSucesso

Cidália Machado

Coordenador de departamento Ciências (3º ciclo)

Carma Sales

Coordenador de departamento Artes

Cláudia Rocha

Coordenador de departamento Educação Física

Paulo Duarte Raminha Mendes

Representante do Ensino Artístico

José João Dinis Silva

Coordenadora do Serviço de Psicologia e Orientação

Sílvia Regina Machado Tavares

Coordenadora de Núcleo de Educação Especial

Goreti Silva

Representante de Pessoal Não Docente

Otilia Fernandes da Costa

Representante de Pais e Encarregados de Educação

Alvarino Pinheiro

Participante Regular

Cláudio Ferreira



POPULAÇÃO ESCOLAR

Descrição	Alunos	Docentes	N / Docentes Apoio Educativo
Escola Básica 2,3 Francisco. O. Câmara	726	114	0
EB1/JI de Aqualva	45	0	1
EB1/JI de Aldeia Nova	109	0	0
EB1/JI de Base Aérea n.º 4	44	0	2
EB1/JI de Cabo da Praia	28	0	1
	0	0	0
EB1/JI Francisco Ornelas da Câmara	313	0	4
EB1/JI Francisco Soares Oliveira	83	0	0
EB1/JI Irmãos Goulart	105	0	2
EB1/JI Padre Lino Vieira Fagundes	49	0	1
EB1/JI de Porto Martins	48	0	1
EB1/JI de Santa Luzia	21	0	1
EB1/JI de Santa Rita	45	0	2
EB1/JI de São Brás	37	0	0
EB1/JI de Vila Nova	69	0	2
Núcleo de Educação Especial	0	21	0
	0	0	0
Ensino Artístico	0	7	0
Total	1722	142	17



SITUAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL DOCENTE

Descrição	2016/2017	2017/2018
Contrato Trabalho F. Pública p/tempo indeterminado	202	192
Quadro de Zona Pedagógica Definitiva	1	0
Quadro de Zona Pedagógica Provisória	-	0
Afetação por Prioridades	21	3
Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo	-	0
Profissionalizados	44	52
Contratados C/Habilitação Própria	1	7
Contratados s/Habilitação Legal	3	1
Total	272	255

SITUAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO E APOIO EDUCATIVO

Categorias	Lugares do Quadro	Lugares Providos	Contr/Requi.
PESSOAL TÉCNICO			
TÉCNICOS SUPERIORES	3	3	2
PESSOAL ADMINISTRATIVO			
CHEFES DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	1	1	-
ASSISTENTES TÉCNICOS	23	21	3
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO			
ASSISTENTES OPERACIONAIS	87	71	10
TOTAL	114	96	15



ALUNOS INSCRITOS

Descrição	2016/2017	2017/2018
Educação Pré-Escolar	354	309
1º Ciclo	744	673
Uneca – DOV – Ocupacional- CREI	65	58
Oportunidade I	0	12
Oportunidade II	19	49
Vocacional	0	26
2.º Ciclo	410	325
Oportunidade III	46	25
Vocacional	0	16
3.º Ciclo	195	229
Total	1704	1722

NÍVEIS DE ENSINO E NÚMERO DE TURMAS

Número de Turmas	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Oportunidade	UNECA	Vocacional
2014/2015	24	43	20	19	7	3	0
2015/2016	24	47	22	17	10	3	0
2016/2017	24	47	22	9	10	3	2
2017/2018	22	16	16	12	4	8	2



Entidade Formadora de Pessoal Docente e Não Docente

A Entidade formadora que funciona nesta Escola desde 17 de abril de 1997, presidido pela Dr^a. Lúcia de Fátima Ávila Borges Oliveira.

Para a Entidade Formadora de Escola, são recebidas receitas transferidas do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, e distribuídas pelas seguintes rubricas Orçamentais:

- 01.02.04 Ajudas de Custo
- 02.02.10 B Transporte
- 02.02.13 Deslocações e Estadas
- 02.02.15 Formação
- 02.02.20 Outros Trabalhos Especializados
- 02.02.19 Assistência Técnica

As despesas assumidas com Pessoal, baseiam-se apenas no pagamento de Ajudas de Custo, a docente e não docente desta Escola que frequentaram Acções de Formação promovidas pela Direcção Regional da Educação, e aos Formadores das Acções de Formação promovidas pelo Centro de Formação.

Mapa onde consta o número de Acções de Formação realizadas pelo Centro de Formação no ano de 2012 assim como número de Formadores e Formandos participantes.

	Ações	Formadores	Formandos
Pessoal Docente	31	42	649
Pessoal Pessoal	05	4	69



ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Nos termos do art.º 91º Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A de 19 de julho, os alunos beneficiam de apoios concretos de acção social escolar, calculados em função da situação sócio - económica.

Estes apoios baseiam-se na aquisição de manuais, na utilização dos refeitórios e papelarias escolares, e na participação de equipamento desportivo de chuva à aquisição de óculos, próteses e ortóteses.

ALUNOS BENEFICIADOS

Escalões	2016/2017	2017/2018
I	462	395
II	402	240
III	221	180
IV	128	82
V	613	820
Total	1826	1717

TRANSPORTES ESCOLARES

Os transportes escolares são atribuídos aos alunos que se encontram em idade de escolaridade obrigatória, são efectuados em carreiras públicas; em autocarros de aluguer para transporte de alunos deslocados da sua área de residência devido à reestruturação da rede escolar; por aluguer de táxis para transporte de alunos portadores de deficiência, psíquica e motora, nos termos do artigo 128º, Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A de 19 de julho.



REFEITORIO

As refeições são confeccionadas na cozinha das instalações desta escola sede, Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, por funcionários da Escola, com as categorias de Assistentes Operacionais.

São vendidos cartões mensais aos alunos, e senhas individuais, ao pessoal docente e a alunos, cujo preço é o estipulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A de 19 de julho.

As referidas refeições são maioritariamente servidas no refeitório da mesma Escola.

São enviadas diariamente 377 refeições para as Escolas da Vila Nova, Aqualva, Fontinhas, Base Aérea, Santa Rita, Aldeia Nova e Padre Lino nas Lajes, Escola da Base, Porto Martins, Fonte do Bastardo e Cabo da Praia a fim de serem servidas aos alunos deslocados devido à reestruturação da rede escolar, bem como os alunos carenciados, conforme nos termos do artigo 105º, Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/A de 19 de julho.

São confeccionadas cerca de 800 refeições diárias.

Suplemento Alimentar

O Suplemento Alimentar, é concedido nos termos do Regulamento (CE) n.º 657/2008 da Comissão de 10 de julho de 2008 no que respeita a concessão de uma ajuda comunitária para a distribuição de leite Escolar, nas Escolas do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância, assim como aos alunos que frequentam os Programas de pré-profissional, Profissionalizante, Vocacional e DOV

O fornecimento de Leite Escolar, foi adjudicado à única empresa radicada na ilha, "Pronicol" pelo procedimento de ajuste direto Simplificado com consulta, apresentando-se em embalagem própria, com patininha acoplada de dois decilitros, meio tratado pelo sistema UHT embalado pelo sistema Tetra Pack, sendo distribuído uma caixa por aluno, nos termos do artigo 112º, Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/A de 19 de julho.

Parte da despesa efetuada é paga pelo duodécimo atribuído à Escola pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores que se destina a apoiar as despesas da Ação Social Escolar, para além de um subsídio proveniente do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).



BUFETE

Fonte de Receita do Fundo Escolar, que se integra nas classificações 07.01.11 - 02, respeitante a produtos transformados, e 07.01.11 - 01 produtos sem transformação. No bufete são fornecidas refeições ligeiras, sandes de vários tipos, sumos, café, chá e águas, nos termos do artigo 104º, Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/A de 19 de julho.

PAPELARIA

Encontra-se fornecida de todo o material necessário aos alunos na sua maior parte carenciados, que usufruem de participações de Acção Social Escolar, para além de vendas aos restantes alunos e restante pessoal afeto à Escola, nos termos do artigo 104º, Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/A de 19 de julho.

SEGURO ESCOLAR

No decorrer do ano económico de 2014, ocorreram acidentes escolares de pouca gravidade, para os quais foram aplicadas as normas em vigor. Segundos os dados estatísticos recolhidos foram acidentados cerca de 191 crianças acidentadas, nos termos do artigo 99º, Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/A de 19 de julho.

AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRECTOS

A despesa nesta classificação insere-se apenas nas participações aos alunos carenciados, para aquisição de óculos, próteses, ortóteses, equipamentos de chuva e desportivos, nos termos do artigo 115º, Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/A de 19 de julho.

Organização Contabilística

A contabilidade patrimonial, de acordo com a Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, nesta escola, foi implementada no exercício económico de



2005. Existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado com um conjunto de procedimentos, critérios e regras que garante a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.

Os livros de registo deram origem aos lançamentos do GERFIP

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

Despesas - Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente) autorização de pagamento (fotocópia da folha de transferência bancária) e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por ordem de pagamento separados de acordo com a classificação económica das despesas públicas.

Receitas - Guias de receita e documento equivalente às quais servem de apoio ao registo da liquidação e cobrança das receitas. Estas guias e documentos estão arquivados cronologicamente.

Outras Operações - As requisições de fundos de contas de ordem, de transferências e do orçamento da Região estão arquivadas por número de documento. Além disso, existe um arquivo para as guias de entrega de receitas em conta de receitas próprias, guias de entrega de descontos e retenções e demais documentos de suporte.

O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Relativamente às demonstrações financeiras intercalares, a Escola elabora demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão.

Este automatismo é conseguido graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e os códigos de contas previstos no plano de contas da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória.

Relativamente às Demonstrações financeiras intercalares, a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, elabora demonstrações financeiras mensais,



sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão. Para além destas são elaboradas demonstrações trimestrais de prestação de contas à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, através da Direção Regional da Educação.

Não existe descentralização contabilística.

Outra informação relevante:

Oportunidade da Informação - A informação contabilística encontra-se disponível nos serviços financeiros e devidamente organizada, sendo introduzida diariamente no sistema informático de apoio à contabilidade, GERFIP

Revisão dos Registos contabilísticos - São objeto de conferências diárias através do cruzamento de informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, nomeadamente a verificação dos lançamentos, programa de POC P - GERFIP

Reconciliações Bancárias – As reconciliações bancárias são efetuadas semanalmente. Sempre que se verificaram diferenças as mesmas foram averiguadas e prontamente regularizadas.